

Depoimento pessoal do segurado e inquirição de testemunha por carta precatória expedida pelo Juizado Especial Federal e seu cumprimento pela Justiça estadual

Roberto Luis Luchi Demo*

Sumário: Prolegômenos; 2 Cenário da indagação: plano jurídico; 3 Cenário da indagação: plano fático; 4 Possibilidade do depoimento pessoal e da inquirição de testemunha por carta precatória; 5 Carta precatória expedida pelo Juizado Especial Federal e seu cumprimento pela Justiça estadual; 6 Entendimento da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da 1ª Região; 7 Epílogo.

Prolegômenos

O Amazonas é o maior Estado brasileiro e, assim como os outros Estados do norte do País, possui baixa densidade demográfica, sendo que a maioria da população vive à beira dos rios que o cortam, a exemplo do Rio Negro e do Rio Solimões. A infraestrutura de transporte é precária e os barcos (grandes, como os recreios – nos quais os passageiros estendem suas redes durante a viagem –, e pequenos, como as deslizadeiras e voadeiras) são o principal meio de locomoção para vencer as grandes distâncias que separam os municípios. Essa é uma das barreiras para o acesso à justiça na tutela de direitos previdenciários, sobretudo quando se considera que há varas federais somente em Manaus (capital, localizada no leste do Estado), Tefé (localizada no centro do Estado) e Tabatinga (localizada no oeste do Estado).

Com o objetivo de atenuar e até mesmo vencer essa barreira na efetivação dos direitos previdenciários, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região vem realizando diversos Juizados Especiais Federais Itinerantes no Estado do Amazonas. Entretanto, com a crescente conscientização das pessoas, notadamente dos ribeirinhos, sobre seus direitos previdenciários, a realização periódica de Juizados Especiais Federais Itinerantes nos rincões mais afastados e pobres do Estado do Amazonas, particularmente nos municípios abrangidos pela Subseção Judiciária de Tabatinga, já não supre mais a demanda por justiça.

Logo, é cada vez mais frequente os segurados da Previdência Social residentes nestes rincões buscarem a tutela jurisdicional no Juizado Especial

Federal de Tabatinga. Nessa nova profusão de demandas, a situação de vulnerabilidade social dos ribeirinhos, que são pessoas humildes e desprovidas de capacidade econômica, é projetada nos processos como dificuldades ao deslocamento até a sede da vara federal para a realização da audiência de instrução. Dessa forma, indaga-se: a audiência para oitiva do autor e inquirição de testemunhas pode ser deprecada pelo Juizado Especial Federal à vara da Justiça estadual da comarca do interior onde o autor e as testemunhas residem?

2 Cenário da indagação: plano jurídico

Para estimular o debate, convém contextualizar a indagação proposta, no que destaco agora o aspecto jurídico e depois o aspecto fático ensejadores da questão. Muito bem. As ações previdenciárias manejadas pelos ribeirinhos do Amazonas possuem pequeno valor econômico – o valor da causa não supera 60 salários-mínimos – e são veiculadas sem advogado, o que somente é admissível no Juizado Especial Federal. Com efeito, a delegação de competência federal à Justiça estadual em matéria previdenciária está disposta no art. 109, da Constituição Federal, *verbis*:

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

[...]

§ 3º - Serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela justiça estadual.

§ 4º - Na hipótese do parágrafo anterior, o recurso cabível será sempre para o Tribunal Regional Federal na área de jurisdição do juiz de primeiro grau.

Por sua vez, o art. 20 da Lei 10.259/2001, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal, estabelece que:

Art. 20. Onde não houver Vara Federal, a causa poderá ser proposta no Juizado Especial Federal mais próximo do foro definido no art. 4º da Lei nº

* Juiz Federal da Vara Única da Subseção Judiciária de Tabatinga/AM.

9.099, de 26 de setembro de 1995, vedada a aplicação desta Lei no juízo estadual. [Grifo no original.]

Destarte, a sobredita delegação constitucional de competência não permite, em hipótese alguma, o processamento de ação previdenciária na Justiça estadual pelo rito do Juizado Especial Federal, ainda que na comarca haja Juizado Especial estadual. A propósito:

Ementa: Recurso especial. Previdenciário. Aplicação do rito especial dos Juizados Especiais Federais às causas julgadas pelo Juiz de Direito investido de jurisdição federal. Impossibilidade. Vedação expressa contida no artigo 20 da Lei nº 10.259/2001. 1. Em razão do próprio regramento constitucional e infra-constitucional, não há competência federal delegada no âmbito dos Juizados Especiais Estaduais, nem o Juízo Estadual, investido de competência federal delegada (artigo 109, parágrafo 3º, da Constituição Federal), pode aplicar, em matéria previdenciária, o rito de competência do Juizado Especial Federal, diante da vedação expressa contida no art. 20 da Lei 10.259/2001. 2. Recurso especial provido. (STJ, REsp 661.482/PB, rel. p/ acórdão Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJe 30/03/2009.)

Nessa ordem de considerações, infere-se que a Constituição Federal e a lei facultam ao segurado, quando não há vara federal na comarca de seu domicílio, ajuizar a ação previdenciária: [i] perante o Juizado Especial Federal mais próximo de sua comarca; ou [ii] na própria comarca de seu domicílio, quando competirá à Justiça estadual seu processo e julgamento pelo procedimento comum ordinário, sendo vedada a aplicação das regras do Juizado Especial Federal.

3 Cenário da indagação: plano fático

Ainda no estado do Amazonas, vamos tomar como exemplo um ribeirinho que reside em Jutai, município abrangido pela jurisdição da Vara Federal de Tabatinga, mas localizado a cerca de 350 quilômetros do Município de Tabatinga. Ele não consegue ajuizar na Vara Estadual da Comarca de Jutai uma ação previdenciária requerendo aposentadoria rural por idade, pois não tem assistência de advogado, dada a hipossuficiência econômica mesma que impede a respectiva contratação, bem assim porque geralmente não há qualquer advogado nos municípios do interior, os quais também não contam com a presença da Defensoria Pública.

Portanto, o ribeirinho de Jutai precisa desembolsar R\$ 170,00 para viajar de barco recreio – pois a viagem em barco pequeno é praticamente inviável nesse caso – durante quatro dias e fazer a atermação

de sua ação previdenciária no Juizado Especial Federal de Tabatinga. E é isso que ocorre na realidade de vários ribeirinhos dessa microrregião conhecida como *Alto Solimões*. Feita a atermação, ele volta para Jutai, onde aguarda o prosseguimento do seu processo. Após a citação e contestação, a controvérsia amiúde abrange a qualidade de segurado do ribeirinho, o que torna necessária a realização de audiência de instrução com depoimento pessoal do autor e oitiva de testemunhas para comprovar a atividade rural dele.

Em casos tais, a experiência mostra as dificuldades dos ribeirinhos no deslocamento até o município de Tabatinga para a realização da audiência, traduzidas pela distância a ser vencida de barco e pelo custo econômico da viagem e da estada na cidade, que é multiplicado pelo número de testemunhas trazidas à audiência e onera exclusivamente o autor da ação previdenciária. E, não raro, essas dificuldades são tantas que o autor e as testemunhas chegam à Tabatinga alguns dias após a data designada para a audiência e, outras vezes, o autor telefona para informar ao juízo que não tem condições de comparecer à audiência ou, simplesmente, não comparece na data designada para aquele ato processual.

É nesse contexto que vem a lume a indagação: essa audiência de instrução pode ser deprecada pelo Juizado Especial Federal de Tabatinga ao Juízo de Direito da Comarca de Jutai, onde o autor e as testemunhas residem, com a finalidade de tornar aquele ato processual, necessário ao julgamento da demanda, menos oneroso para o autor da ação previdenciária?

Esclarecido o pano de fundo da indagação, que inclusive permite entrever a relevância social da questão proposta neste trabalho, a fim de que a efetividade da prestação jurisdicional ao segurado hipossuficiente não seja mera figura de retórica, passemos sem mais delongas aos argumentos indispensáveis para amparar uma judiciosa resposta.

4 Possibilidade do depoimento pessoal e da inquirição de testemunha por carta precatória

O ideal seria o próprio juiz da causa realizar a oitiva do autor e a inquirição da testemunha, com o escopo de preservar, para efeito de julgamento, as impressões e observações psicológicas do magistrado que participou fisicamente da audiência e teve um contato mais íntimo com a prova oral. Deveras, sentença vem do verbo sentir, de forma que, como já dizia muito bem o ilustre Min. Luiz Fux, do Supremo

Tribunal Federal, a justiça não é algo que se aprende, mas algo que se sente.

Entretanto, o ideal nem sempre é possível na realidade que encontra, no mundo fenomênico, diversas limitações de variada ordem. E, sensível a essas limitações, especialmente à repercussão delas nos processos com testemunhas que residem fora da sede do juiz da causa, o art. 410 do Código de Processo Civil, versa que:

Art. 410. As testemunhas depõem, na audiência de instrução, perante o juiz da causa, exceto:

[...]

II - as que são inquiridas por carta;

[...]

A legislação de regência do Juizado Especial Federal (Lei 9.099/1995 e Lei 10.259/2001) é omissa a respeito, de maneira que a sobredita norma tem aplicação subsidiária nesse microsistema. Consequentemente, o ordenamento jurídico não obriga a testemunha que reside fora da sede do juiz da causa a comparecer à audiência. Daí, na situação em que a testemunha não se dispõe a ser ouvida espontaneamente no juiz da causa, o ideal não é possível. Nesse caso, conforme vetusto e atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o possível é lançar mão da carta precatória, incidente de cooperação jurisdicional por meio do qual o juiz da causa requisita a realização da audiência ao juiz do local onde a testemunha reside. Confira-se:

Ementa: Conflito de competência. Carta precatória. Interrogatório de testemunhas.

– É vedado ao juízo deprecado recusar cumprimento a precatória ao entendimento de que competente seria um outro juízo. Por outro lado, é facultado à testemunha depor fora de seu domicílio, porém, não poderá ser obrigada a se deslocar do local onde reside para prestar depoimento em outra cidade. - A teor do art. 410, II, do CPC, a testemunha que reside fora da cidade em que o juízo tem sede não está obrigada a comparecer a audiência, devendo ser ouvida mediante precatória. “In casu”, verifica-se que as testemunhas residem na cidade de Gaspar e o processo tramita na vara federal de Joinville. - Conflito de competência conhecido. Competência do juízo de direito deprecado. (STJ, CC 14953/SC, rel. Min. Vicente Leal, Terceira Seção, DJ 05/05/1997.)

Cumpra enfatizar, neste passo, que a expedição de carta precatória para oitiva de testemunha é possível inclusive no âmbito do Juizado Especial Federal, tendo em vista que os princípios inerentes

a esse microsistema – simplicidade, oralidade, informalidade, celeridade e economia processual – não prevalecem sobre a garantia constitucional do devido processo legal. Aliás, o art. 13, §2º, da Lei 9.099/1995, autoriza expressamente a prática de atos processuais em comarcas diversas daquela do juiz da causa, *verbis*:

Art. 13 [...]

§ 2º A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio idôneo de comunicação.

De outra parte, o Código de Processo Civil, ao regular o depoimento pessoal nos seus arts. 342 a 347, não esclarece se essa prova deve ou não ser produzida no juiz da causa. Tampouco a legislação de regência do Juizado Especial Federal. Assim e considerando que o depoimento pessoal tem a mesma natureza jurídica da inquirição de testemunha, qual seja, de meio de prova, sendo ambos espécies de prova oral, é de se lhe aplicar analogicamente o mesmo regime jurídico da prova testemunhal, autorizando destarte o depoimento pessoal por carta precatória.

E a ilação tanto mais se reforça quando se considera a idêntica situação fática do autor e da testemunha que residem fora da sede do juiz da causa em relação à audiência de instrução, o que justifica a aplicação do mesmo regime jurídico: *ubi eadem ratio ibi eadem legis dispositio*. Outrossim, é de se ressaltar que a expedição da carta precatória pressupõe a conveniência da utilização desse incidente de cooperação jurisdicional para a realização do ato processual. Ora, se o autor da ação e as testemunhas residem no mesmo local e fora da sede do juiz da causa, é mais conveniente, posto ser mais econômico e mais rápido, a realização de uma única audiência no juiz deprecado para oitiva do autor e inquirição das testemunhas.

Portanto, não há obrigatoriedade da oitiva do autor nem da inquirição de testemunha no juiz da causa, de sorte que esses atos processuais podem ser realizados mediante carta precatória expedida pelo Juizado Especial Federal.

5 Carta precatória expedida pelo Juizado Especial Federal e seu cumprimento pela Justiça estadual

Os atos processuais se realizam, como regra geral, na sede do juízo e, como exceção, em lugar diverso, consoante o art. 176, do Código de Processo Civil, *litteris*:

Art. 176. Os atos processuais realizam-se de ordinário na sede do juízo. Podem, todavia, efetuar-se em outro lugar, em razão de deferência, de interesse da justiça, ou de obstáculo arguido pelo interessado e acolhido pelo juiz.

Disciplinando essa exceção, a Lei 5.010/1966 – Lei Orgânica da Justiça Federal, permite que os juízes federais realizem atos processuais e *ipso facto* audiências de instrução fora da sede da vara federal, em município abrangido pela respectiva jurisdição, nos termos do seu art. 15, parágrafo único, incluído pela Lei 10.772/2003, *verbis*:

Art. 15. Nas Comarcas do interior onde não funcionar Vara da Justiça Federal (art. 12), os Juízes Estaduais são competentes para processar e julgar:

[...]

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no art. 42 desta Lei e no art. 1.213 do Código de Processo Civil, poderão os Juizes e auxiliares da Justiça Federal praticar atos e diligências processuais no território de qualquer dos Municípios abrangidos pela seção, subseção ou circunscrição da respectiva Vara Federal.

Essa permissão, porém, não pode ser confundida com obrigação. Muito pelo contrário, trata-se de faculdade e, enquanto faculdade que é, pode ou não ser exercida conforme a oportunidade e conveniência. Um exemplo do exercício dessa faculdade se tem no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, cuja Resolução 50/2003 permite a criação, em município fora da sede da vara federal, de Juizado Especial Federal Avançado, o qual é um posto avançado vinculado a determinada vara federal. Outrossim, essa faculdade, por expressa disposição legal, existe sem prejuízo do disposto no art. 42, da Lei 5.010/1966, e no art. 1.213, do Código de Processo Civil.

Ora, como literal e explicitamente admite o art. 42, *caput* e §1º, da Lei 5.010/1966, os atos de processos em trâmite na Justiça Federal, incluindo aí por óbvio o Juizado Especial Federal, podem ser deprecados às comarcas do interior da Justiça Estadual, a fim de se realizarem de forma mais simples, rápida e menos onerosa às partes e à própria Justiça, ou seja, quando caracterizada a conveniência da realização daqueles atos processuais. Confira-se:

Art. 42. Os atos e diligências da Justiça Federal poderão ser praticados em qualquer Comarca do Estado ou Território pelos Juizes locais ou seus auxiliares, mediante a exibição de ofício ou mandado em forma regular.

§ 1º Somente se expedirá precatória, quando, por essa forma, fôr mais econômica e expedita a realização do ato ou diligência.

Regulamentando a carta precatória expedida pela Justiça Federal e seu cumprimento pela Justiça Estadual, o art. 1.213, do Código de Processo Civil, estabelece que:

Art. 1.213. As cartas precatórias, citatórias, probatórias, executórias e cautelares, expedidas pela Justiça Federal, poderão ser cumpridas nas comarcas do interior pela Justiça Estadual.

Por conseguinte, o juiz federal não tem obrigação de realizar atos processuais em municípios localizados fora da sede da vara federal, mas tem, por outro lado, a faculdade de realizar esses atos processuais ou de deprecar sua realização ao juiz estadual da respectiva comarca, conforme a oportunidade e conveniência.

Vale frisar, neste passo, que o juiz estadual não pode recusar cumprimento à carta precatória ao argumento de que sua comarca encontra-se abrangida pela jurisdição do juiz federal deprecante. Isso porque esse argumento de ordem territorial não encontra amparo no rol taxativo do art. 209, do Código de Processo Civil, que permite ao juiz deprecado recusar cumprimento à carta precatória, devolvendo-a com despacho motivado, somente quando: [i] não estiver revestida dos requisitos legais; [ii] carecer de competência em razão da matéria ou da hierarquia; ou [iii] tiver dúvida acerca de sua autenticidade.

Do mesmo modo, o ordenamento jurídico processual brasileiro repele qualquer outro argumento que não seja qualificado mediante necessária subsunção ao art. 209, do Código de Processo Civil. Logo, não pode o juiz estadual recusar cumprimento à carta precatória do juiz federal alegando que sua expedição não é oportuna nem conveniente à realização do ato processual, pois também esse argumento não tem amparo na referida norma. Além disso, a análise da oportunidade e conveniência da expedição da carta precatória cumpre exclusivamente ao juiz federal, que é o juiz condutor da causa.

Afinal, calha referir que está sedimentado na jurisprudência o entendimento segundo o qual as cartas precatórias expedidas pela Justiça Federal devem ser cumpridas nas comarcas do interior pela Justiça Estadual. Confira-se:

Ementa: Conflito de competência. Ação monitória ajuizada pela Caixa Econômica Federal perante a Justiça Federal. Cumprimento de carta

precatória citatória pela Justiça Estadual. Arts. 1.213 do CPC e 42, § 1º, da Lei 5.010/1966.

A Justiça Federal é a competente para o julgamento de ação ajuizada pela Caixa Econômica Federal - CEF, independentemente do valor da causa. O cumprimento de carta precatória para citação e intimação da ré, onde não há sede da justiça federal, deve ser efetivado pela Justiça Estadual, conforme autorização dos arts. 1.213 do CPC e 42, § 1º, da Lei 5.010/66. Conflito conhecido e provido para declarar a competência da Justiça Estadual, para o cumprimento da carta precatória expedida pela Justiça Federal. (STJ, CC 47.441/SP, rel. Min. Cesar Asfor Rocha, Segunda Seção, DJ 02/03/2006.)

Ementa: Conflito negativo de competência. Processo penal. Carta precatória. Ausência de Justiça Federal na comarca do interior. Cumprimento pela Justiça Estadual. Inteligência do art. 1.213 do CPC. 1. Sempre que a comarca não for sede da Justiça Federal, as cartas precatórias expedidas por este Juízo deverão ser cumpridas pela Justiça Estadual, conforme preceitua o artigo 1.213 do Código de Processo Civil, que se aplica subsidiariamente, somente admitindo a recusa por parte do Juízo deprecado quando evidenciada uma das hipóteses do artigo 209 do CPC. Precedentes desta Corte. 2. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da Vara Criminal de Matelândia/PR, o suscitado. (STJ, CC 114.422/PR, rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Terceira Seção, DJe 07/12/2011.)

Daí que o Juizado Especial Federal pode expedir carta precatória para que a Justiça Estadual realize atos processuais. Agregando essa conclusão à do item anterior, conclui-se finalmente que o Juizado Especial Federal pode expedir carta precatória para que a Justiça Estadual realize a audiência de instrução para oitiva do autor e inquirição de testemunhas.

6 Entendimento da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Impende salientar que a Corregedoria do Tribunal Regional Federal da 1ª Região já teve o ensejo de se manifestar sobre a questão objeto deste trabalho no Expediente Administrativo 2012/00717, instaurado por provocação do juiz estadual da comarca de Benjamin Constant, que não concordou com as cartas precatórias expedidas pelo juiz federal que me antecedeu na Vara Federal de Tabatinga. O despacho do ilustre Corregedor Regional, Desembargador Federal Carlos Olavo Pacheco de Medeiros, foi exarado em 11 de julho de 2012, nos seguintes termos:

Trata-se de expediente administrativo instaurado em razão do Ofício N° 05/2012/GAB, de

08/3/2012, no qual o Juiz de Direito da Comarca de Benjamin Constant, Glen Hudson Paulain Machado, solicita providências e recomendações desta COGER quanto à remessa para a sua Vara de diversas cartas precatórias da Vara Federal da Subseção Judiciária de Tabatinga/AM.

O Magistrado sustenta que, mesmo após a criação e instalação da Vara Federal de Tabatinga/AM, com jurisdição em diversos municípios, dentre eles o de Benjamin Constant, o referido Juízo Federal continua enviando cartas precatórias a serem cumpridas pela Justiça Estadual, a despeito da falta de estrutura desta na região e de encontrar-se extremamente sobrecarregada a sua atuação jurisdicional.

Requer, pois, que a Corregedoria adote medidas para evitar a expedição de cartas precatórias para aquela Comarca e, por conseguinte, a transferência jurisdicional da Justiça Federal para a Estadual e o esvaziamento do JEF da referida Vara Federal. Pede, ainda, que se recomende ao Diretor da Subseção Judiciária de Tabatinga/AM que volte à prática da Justiça Itinerante na região, para que as atividades da Justiça Federal não se limitem à sede da Vara.

Não vislumbro assistir razão ao requerente quanto à devolução das cartas precatórias listadas em sua petição, eis que, a despeito de seus argumentos quanto à interiorização da Justiça Federal e criação da Vara Federal de Tabatinga/AM, que abrange em sua competência o Município de Benjamin Constant, conforme estabeleceu a Resolução PRESI/CENAG n. 03 de 24/04/2012, pode o Juízo, conforme verificação de necessidade e conveniência, expedir cartas precatórias para o cumprimento de diligências, como a oitiva de testemunhas e realização de audiências, caso presente.

Como bem relatou o requerente, o município de Benjamin Constant fica a 20 minutos do Município de Tabatinga, utilizando-se o transporte conhecido como deslizador (voadeira), cuja passagem custa R\$ 15,00 (quinze reais), montante que geralmente é muito dispendioso para a maioria da população ribeirinha, não se podendo imputar tal gasto às testemunhas que serão ouvidas, especialmente por não ser possível ter a certeza que o autor da ação as levará ao Juízo, como afirmado pelo ora peticionário.

Demais, o Código de Processo Civil tem previsão expressa quanto ao tema analisado, *verbis*:

Art. 1.213. As cartas precatórias citatórias, probatórias, executórias e cautelares, expedidas pela Justiça Federal, poderão ser cumpridas nas comarcas do interior pela Justiça Estadual.

Colaciono, por oportuno, precedente do e. Superior Tribunal de Justiça que, ao analisar questão similar à tratada nestes autos, assim decidiu:

Processual Civil. Recurso Especial Representativo de Controvérsia. Artigo, 543-C, do CPC. Execução fiscal proposta no Juízo Federal. Penhora e Avaliação de bens do executado. Expedição de Carta Precatória. Possibilidade. Autarquia Federal. Antecipação das despesas com o deslocamento/condução do Oficial de Justiça para cumprimento de Carta Precatória. Cabimento.

1. A citação, no âmbito de execução fiscal ajuizada perante a Justiça Federal, pode ser realizada mediante carta precatória dirigida à Justiça Estadual, *ex vi* do disposto no artigo 1.213, do CPC, verbis: 'As cartas precatórias, citatórias, probatórias, executórias e cautelares, expedidas pela Justiça Federal, poderão ser cumpridas nas comarcas do interior pela Justiça Estadual.' 2. O artigo 42, da Lei 5.010/66, determina que os atos e diligências da Justiça Federal podem ser praticados em qualquer Comarca do Estado ou Território pelos Juízes locais ou seus auxiliares, mediante a exibição de ofício ou mandado em forma regular, sendo certo que a carta precatória somente deve ser expedida quando for mais econômica e expedida a realização do ato ou diligência. 3. O parágrafo único do artigo 15, da Lei 5.010/66, com a redação dada pela Lei 10.772/2003, dispõe que: 'Sem prejuízo do disposto no art. 42 desta Lei e no art. 1.213 do Código de Processo Civil, poderão os Juízes e auxiliares da Justiça Federal praticar atos e diligências processuais no território de qualquer dos Municípios abrangidos pela seção, subseção ou circunscrição da respectiva Vara Federal'. 4. Consequentemente, revela-se cabível a expedição de carta precatória, pela Justiça Federal, a ser cumprida pelo Juízo Estadual, uma vez configurada a conveniência do ato processual, devidamente fundamentada pelo Juízo deprecante. [...] 16. Recurso especial desprovido. Acórdão submetido ao regime do artigo 543-C, do CPC, e da Resolução STJ 08/2008. (REsp 1144687 / RS, Relator Min. Luiz Fux, *DJe* de 21/05/2010.)

Não há razão, portanto, para determinar o retorno das cartas-precatórias recebidas pelo Juízo estadual de Benjamin Constant/AM ao Juízo Federal de Tabatinga/AM.

Dê-se ciência do presente despacho, por meio eletrônico, ao Requerente e ao Juízo Federal de Tabatinga/AM.

Após as comunicações referidas, encaminhem-se os autos à COJEF, para análise e providências cabíveis relativamente ao pedido de realização de Juizado Especial Federal Itinerante na região.

Nessa perspectiva, depreende-se que a Correedoria do Tribunal Regional Federal da 1ª Região confere relevância jurídica ao entendimento de que o Juizado Especial Federal pode deprecicar a audiência para oitiva do autor e inquirição de testemunhas à vara da Justiça Estadual da comarca do interior, onde o autor e as testemunhas residem.

Epílogo

Lembro aqui os artistas que pintam sem acabar de pintar: botam tinta, mais tinta, outra tinta, nova tinta, muita tinta e nunca lhes parece que a árvore é árvore e, se se trata então de gente, retocam com tanta paciência que, por mais que os olhos da figura falem, esses pintores cuidam que eles não dizem nada. Lembro então, mercê da concepção naturalmente limitada deste trabalho, que é preciso terminar. Assim, voltando ao protagonista do nosso exemplo, o ribeirinho de Jutai que ajuizou ação requerendo aposentadoria rural por idade, é de se assentar que o Juizado Especial Federal de Tabatinga pode deprecicar o depoimento pessoal e a inquirição de testemunhas ao Juízo de Direito da Comarca de Jutai, onde o autor e as testemunhas residem.

Considerando pois as razões alinhavadas, tenho para mim que a resposta adequada à indagação objeto deste trabalho é que a audiência de instrução pode sim ser deprecada pelo Juizado Especial Federal ao juiz estadual do local onde o autor e as testemunhas residem, a fim de tornar aquele ato processual, necessário ao julgamento da demanda, menos oneroso para o autor da ação previdenciária. Oportuno asseverar, por necessário, que a expedição de carta precatória pelo Juizado Especial Federal às comarcas do interior da Justiça Estadual não pode representar uma atuação apriorística, indiscriminada e sistemática. Muito pelo contrário, a carta precatória há de ser utilizada com parcimônia, até porque pressupõe a conveniência da utilização desse incidente de cooperação jurisdicional para a realização do ato processual, que deve ser analisada em cada caso concreto e devidamente fundamentada pelo juiz deprecante.

Nesse diapasão, o simples fato de o autor residir fora da sede da vara federal não pode justificar, por si só, a expedição de carta precatória. Na verdade, para esse efeito, mister a análise de outros fatos, como a situação econômica do autor da ação previdenciária, a disponibilidade de o autor e as testemunhas comparecerem espontaneamente à audiência no juiz da causa, as dificuldades a serem vencidas para esse comparecimento etc. Entretanto, analisada determinada situação pelo juiz federal e devidamente fundamentada a conveniência naquele específico processo, é legítima a expedição de carta precatória que deverá ser cumprida pelo juiz estadual, mesmo porque essa cooperação é imprescindível à vista do caráter territorial da jurisdição pátria.